



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

---



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR OS PROJETOS DE LEI NºS 3.556/2022 E 3.557/2022, DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2022.

...oras e trinta minutos do dia oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois, em Plenário Remoto, sob a presidência do deputado Ricardo Barbosa, foi realizada Audiência Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Redação com o objetivo de discutir os Projetos de Lei nºs 3.556/2022 e 3.557/2022. O Presidente da Reunião, “Em nome de Deus e do povo paraibano”, declarou abertos os trabalhos da referida Comissão, convidando o deputado Wilson Filho para secretariar os trabalhos que, em seguida, leu o Expediente em mesa. Logo após o Presidente da Reunião destacou as presenças dos deputados Adriano Galdino, Janduhy Carneiro, Wallber Virgolino, Jutay Meneses, Anderson Monteiro; das deputadas Camila Toscano e Cida Ramos; do Tenente Arthur, do Primeiro Tenente Castro, Mônica Barros, Capitão Brito, Tenente Jorge, Tenente Nathan, da Tenente Rebeca, do Sargento Eliane, do Sargento Soares, do Major Luiz Antônio e do Cabo Santos. Ato contínuo o deputado Wilson Filho leu os Projetos de Lei temas da presente Audiência Pública. Com a palavra o senhor Jean Nunes, Secretário de Segurança do Estado. Após os cumprimentos de praxe, comentou sobre os intuitos das propostas de lei em tela. Destacou o ganho real dos Praças da Polícia Militar com a aprovação do Projeto de Lei nº 3.556/2022. Comentou sobre a necessidade da criação do Projeto de Lei nº 3.557/2022, além de detalhar direitos presentes no mesmo, que vão beneficiar os militares do estado da Paraíba. Registrou o



resgate do adicional de inatividade e da remuneração referente ao soldo do posto da graduação imediatamente superior, proposto pelo Governador do Estado. Com a palavra o Capitão Brito. Após os cumprimentos de praxe, indagou sobre a relação da promoção especial de praças por tempo de serviço, pedindo que reconheça que a carreira de Praça, conforme lei, é de soldado a subtenente. Indagou, ainda, se o novo interstício criado é baseado conforme a nova lei, porém essa nova lei consta trinta e cinco anos de carreiras, mas que há policiais que cumprirão apenas o pedágio de transição, pedindo que seja analisado algum dispositivo que não prejudique esses policiais com interstícios mais alongados. Reconheceu a sensibilidade do Governador do Estado em retirar o que ele chamou de Direitos Históricos. Por fim, pediu a aprovação urgente de um novo PCCR para os militares da Paraíba. Em seguida o Secretário Jean Nunes respondeu as indagações do último orador. Com a palavra o Major Luiz. Após os cumprimentos de praxe, ressaltou a sensibilidade do Governo do Estado em refazer pontos do Projeto de Lei que fala sobre a proteção social que prejudicaria os militares. Registrou a preocupação que tem sobre a continuidade do trabalho, que se proporcione um debate amplo que reestruture as carreiras dos militares do estado da Paraíba. Com a palavra a senhora Eliane. Após os cumprimentos de praxe, disse preocupar-se com o artigo primeiro do Projeto de Lei nº 3.556/2022 que prejudicaria os Praças, pedindo assim, Emenda para solucionar esse problema, pediu sensibilidade na regra de transição e finalizou agradecendo a criação da lei de Proteção Social. Com a palavra o deputado Adriano Galdino. Após os cumprimentos de praxe, elogiou a propositura da presente Reunião. Disse que caso a CCJR aprove os projetos em tela e que amanhã mesmo terão condições de apreciá-los em plenário. Elogiou o governador João Azevedo em compreender e aprovar as necessidades propostas pelos militares e encerrou criticando aqueles que não concordam com as proposições encaminhadas pelo atual governador. O Tenente Coronel Arnaldo Sobrinho realizou os cumprimentos de praxe, afirmou que a aprovação do Projeto de Lei da forma como está prejudicará os tenentes coronéis e os maiores antigos. O Secretário Jean Nunes informou que tentaram de diversas formas conciliar os benefícios à tropa, porém não houve forma de conseguir esses benefícios pontuais, o que conseguiram foi em prol do coletivo. A Sargento Eliane discorreu sobre os prejuízos que os incisos III e IV causarão aos sargentos,

em seguida afirmou que quando o projeto atual for aprovado dois outros Decretos antigos serão revogados trazendo prejuízo à Corporação. O Procurador Geral Fábio Andrade, com a palavra, afirmou que um dos Decretos já está com revogação prevista na lei, o outro será reformulado após a aprovação do projeto atual, salientou que o projeto foi amplamente discutido com as associações, secretários, comandantes; disse ainda, que outros Estados também estabeleceram tempo para reserva remunerada de ofício. Dando continuidade o Coronel Maquir disse que se sente contemplado em relação aos progressos e alterações que ocorreram no Projeto de Lei. A deputada Camila Toscano refletiu sobre a aprovação ocorrida no final do ano passado, sem que houvesse discussão com a categoria. Afirmou que ainda não se sente confortável para votar no projeto com a promessa de que será benéfico à polícia, pediu que o debate possa ser denso e sanar as dúvidas dos deputados para que possam tomar a melhor decisão. O Tenente Ponciano realizou os cumprimentos de praxe, mencionou que o pensamento deve ser em benefício do todo, não podem se deter a benefícios de alguns e prejuízo da maioria e salientou que existe a necessidade urgente da criação de um PCCR. O deputado Wallber Virgolino reforçou seu apoio à categoria, criticou a aprovação ocorrida em dezembro passado e parabenizou a Casa pela iniciativa em discutir o projeto com a categoria. O Coronel Francisco parabenizou o deputado Ricardo Barbosa por esta Audiência Pública, saudou a todos os presentes, ponderou sobre o artigo 15 do PL e afirmou que a preocupação é em relação ao número de Coronéis, que mudará de 15 (quinze) para 35 (trinta e cinco) ferindo a lei e resultando em punições do Tribunal de Justiça. O deputado Janduhy Carneiro parabenizou o deputado Ricardo Barbosa pela iniciativa da Audiência Pública, mencionou que um ponto interessante foi a implementação da bolsa desempenho, afirmou que esse sempre foi um pleito defendido e que nunca tinha sido aceito, citou que o subsídio deve ser a próxima reivindicação e disse que apresentou uma Emenda por solicitação de alguns Oficiais. Ato contínuo, falou o deputado Wilson Filho. Com a palavra fez as saudações de praxe, elogiou o trabalho dos agentes de segurança e o empenho do governo do Estado sobre aumento salarial, destacou as limitações da lei federal, observou as vertentes de trabalho da polícia e os temas do pleito, instante em que falou que os problemas já existem há muitos anos. Na sequência falou o deputado João

Gonçalves. Com a palavra saudou a todos, lembrou que havia um ponto da lei que complicaria as promoções. Informou que é parceiro da polícia, assinalou para a necessidade do acordo pela receptividade do governo do Estado e parabenizou a todos. Em seguida falou o deputado Dr. Érico. Com a palavra fez as saudações de praxe, ressaltou a importância desta Audiência Pública, informou que espera encontrar um consenso para diminuir a discrepância do vencimento dos policiais e trazer melhorias e reconhecimento aos mesmos. Logo depois falou o Coronel Castro. Com a palavra cumprimentou a todos, informou a importância do PL, discorreu sobre a carreira policial e pediu que sejam estudadas e avaliadas as possibilidades para não haver prejuízos às categorias. Em seguida falou a Capitã Mônica. Com a palavra cumprimentou a todos, informou de sua decepção às referências feitas aos policiais e bombeiros, disse que a sensibilidade do governo do Estado veio após o movimento, ressaltou a grande necessidade do PCCR, assinalou para a votação prejudicial do PL e pontuou sobre a Emenda de agregação superior. Em continuidade falou o deputado Cabo Gilberto. Com a palavra saudou os presentes, observou a importância do movimento, informou que colocará algumas Emendas, momento em que discorreu sobre algumas delas, pontuou sobre a proteção social, policiais aposentados e destacou a necessidade de aprovação das Emendas. Dando seguimento falou o Secretário de Segurança Pública, Jean Nunes. Com a palavra fez as saudações de praxe, observou a transparência desta Audiência Pública, destacou o empenho do governo do Estado, assinalou para a intenção de melhorar a situação dos policiais e bombeiros e agradeceu. Prosseguindo o deputado Ricardo Barbosa renovou os cumprimentos, pontuou sobre o esforço do governo do Estado e a importância do debate, salientou a necessidade do PCCR e, sem mais acrescentar, agradeceu a presença de todos e encerrou a presente Audiência Pública. Lavrando a presente Ata, os redatores, José Ronaldo Lima Teotônio, Karla Georgea Castro Silva e Simone Patrícia B. de Macedo, Assistentes Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa – PB, 08 de fevereiro de 2022.



**RICARDO BARBOSA**  
Deputado Estadual  
Presidente